

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**JESSICA CAROLINNE DE OLIVEIRA ALMEIDA**

**TAÍS COSTA DA SILVA**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**VOLTA REDONDA**

**2020**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS  
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Professora Licenciada em Educação Física.

Autoras:  
Jessica Carolinne de Oliveira Almeida

Taís Costa da Silva

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Me. Andréa Oliveira Almeida

**VOLTA REDONDA**

**2020**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

ALUNAS:

**JESSICA CAROLINNE DE OLIVEIRA ALMEIDA**

**TAÍS COSTA DA SILVA**

Banca examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Me. Andréa Oliveira Almeida

---

Prof. Cláudio Delunardo Severino

---

Prof. Thaís Vinciprova Chiesse de Andrade

## Dedicatória

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, a nossa orientadora e as nossas famílias, pelo apoio durante o nosso caminho acadêmico.

Agradecemos a todas as pessoas que nos ajudaram, dando incentivo e apoio nessa fase tensa e de extrema importância nas nossas vidas. À minha dupla por dividir essa carga de trabalho, facilitando o desenvolvimento e a conclusão do mesmo. E à professora Andréa Oliveira Almeida, pelo suporte durante todo o processo.

## RESUMO

Este artigo foi produzido como trabalho de conclusão de curso – TCC, do curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA e traz como tema a inclusão de alunos autistas nas aulas de Educação Física. Ao longo deste texto trazemos apontamentos sobre o transtorno do espectro autista – TEA, a parte legislativa e a inclusão escolar, destacando as aulas de educação física. Em relação a inclusão, a Educação Física se mostrou de suma importância, sendo um dos instrumentos que auxiliam os alunos com TEA na sua socialização. Temos como objetivo principal, mostrar a importância da educação física escolar para alunos com esse transtorno. Foi desenvolvida uma busca metodológica bibliográfica em sites, livros, artigos e revistas, a fim de fomentar a discussão do tema proposto destacando as palavras: autismo, inclusão escolar e legislação da inclusão escolar. Com este estudo, concluímos que embora a inclusão de autistas seja um processo, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que tenhamos uma efetiva inclusão desses alunos.

**Palavras-chave: Autismo; Inclusão Escolar; Legislação da Inclusão Escolar.**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	08
2 TEA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA .....	09
3 LEGISLAÇÃO .....	11
4 INCLUSÃO .....	14
4.1 Importância da Educação Física .....	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	17
6 REFERÊNCIAS .....	18

## **LISTA DE SIGLAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU - Organizações das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TDI – Transtorno Desintegrativo da Infância

TEA – Transtorno do Espectro Autista

TEACCH - Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children

TID – Transtorno Invasivo do Desenvolvimento

UniFOA – Centro Universitário de Volta Redonda

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) nas aulas de Educação Física. O atual estudo é um trabalho de conclusão de curso – TCC, do curso de Educação Física – Licenciatura do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

Como sabemos, a Educação é um direito de todos e esse assunto é algo indiscutível, mas o que trazemos neste estudo é a inclusão, entrada e permanência do aluno autista nas aulas de Educação Física.

A respeito dos alunos com transtorno do espectro autista, foram realizadas pesquisas sobre a sua origem e propostas de termos de diferentes autores. Por meio desses conceitos, também pesquisamos sobre a legislação, destacando os direitos à inclusão desses alunos nas escolas regulares. Apontamos, ainda, as dificuldades encontradas na inclusão desses alunos nas instituições escolares, destacando os obstáculos encontrados por professores, seja por falta de ou especialização, promovendo assim uma integração do aluno e não uma verdadeira inclusão.

Este estudo teve como objetivo principal, destacar a importância da educação física para alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Para a elaboração desse trabalho, foi desenvolvida uma busca metodológica bibliográfica em sites, livros, artigos e revistas, a fim de fomentar a discussão do tema proposto, a inclusão nas escolas regulares e a Educação Física, destacando suas importâncias. Buscou-se os temas: Autismo, Inclusão, Educação Física escolar.

O autismo segundo Orrú (2012) a palavra autismo tem a sua origem grega e seu significado quer dizer “autos” (de si mesmo) e “ismo” (voltado para), a sua denominação dentro da psiquiatria centraliza-se no comportamento humano, onde o centro era o próprio ser, ou seja, para o próprio indivíduo. Hoje, o autismo é considerado um distúrbio do desenvolvimento, impactando o desenvolvimento humano nas áreas de comunicação, integração social e aprendizado.

A importância da inclusão educacional veio por meio da Declaração Salamanca (1994), propondo que a educação fosse para todos, e que a escola buscasse uma melhor qualidade de ensino propondo assim métodos diferenciados.

## 2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Segundo Orrú (2012) a palavra autismo tem a sua origem grega e seu significado quer dizer “autos” (de si mesmo) e “ismo” (voltado para), a sua denominação dentro da psiquiatria centraliza-se no comportamento humano, onde o centro era o próprio ser, ou seja, para o próprio indivíduo.

Segundo Marinho e Markle (2009), a primeira descrição do termo autismo veio do austríaco Leo Kanner (1943), no artigo intitulado: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo (Autistic disturbances of disturbances of affective contact), na revista *Nervous Children*, onde diz:

O sintoma fundamental, o isolamento autístico”, estava presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato. Nela, descreveu os casos de onze crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de “autistas”.

O termo autista foi proposto pelo psiquiatra Leo Kanner em 1943, ao perceber as áreas afetadas por esse transtorno, como, não possuir a habilidade de se relacionar com as demais pessoas. As denominações foram se modificando através do tempo, até chegar finalmente à expressão Transtorno do Espectro Autista - TEA. O pediatra austríaco Hans Asperger (1944), foi um dos pioneiros junto com Leo Kanner no estudo do autismo, ajudando-o a ampliar seus estudos.

O Autismo é considerado um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social e aprendizado (MELLO, 2007).

Segundo os dados levantados pela Defensoria Pública de São Paulo apud Benini e Castanha (2016), estudos realizados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima-se que 1% da população mundial apresenta sinais do transtorno do espectro autista, ou seja, 70 milhões da população mundial possui autismo. No Brasil, estima-se que há cerca de dois milhões de pessoas com o autismo. Em um trabalho coordenado pelo médico Marcos Tomanik Mercadante que foi realizado unicamente no ano de 2011 no estado de São Paulo, na cidade de Atibaia, aponta que existe um autista para cada 367 crianças.

Para a sua melhor identificação, o autismo foi classificado em quatro subtipos, são eles: síndrome de asperger, transtorno invasivo do desenvolvimento (TID), transtorno autista e transtorno desintegrativo da infância (TDI).

Segundo Klin (2006), a síndrome de Asperger, possui uma grande similaridade com o autismo, porém de uma forma mais branda. Suas principais características são a dificuldade na interação social e um interesse específico nas coisas, e o indivíduo possui uma grande capacidade de armazenar informações. Diferente do autismo, a sua linguagem em comunicação geralmente não é afetada.

De acordo com Pessin e Hafner (2014), o TID é “um grupo de transtornos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e modalidades de comunicação, e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo”.

Segundo Dunas apud Pessin e Hafner (2014), o TDI “caracteriza-se por um período de desenvolvimento normal de, pelo menos, dois anos, seguido de uma desintegração rápida e espantosa da maior parte das competências adquiridas durante esse período. Essa desintegração é acompanhada do aparecimento de alterações qualitativas das interações sociais, da comunicação e do comportamento”.

Para Orrú (2012), as características que marcam as crianças que possuem o transtorno do aspecto autista, no âmbito escolar, são os déficits de comunicação e linguagem, ausência da linguagem verbal ou o seu desenvolvimento tardio. Outras características são, a interação social e também podem apresentar comportamentos hiperativos, desatenção, impulsividade, comportamento de autoagressão.

Já apresentado o tema central do nosso estudo, com as características do autismo, seguiremos para o próximo tópico, a parte legislativa.

### 3. LEGISLAÇÃO

Esse trabalho por se referir a inclusão de alunos autistas, faz-se necessário conhecer e entender a legislação que os protegem, para que assim, tenham os mesmos direitos que os demais alunos. Com o número crescente de alunos com transtorno do espectro autista nas escolas, veio à necessidade de criar leis e políticas públicas, para que esse público tenha acesso às mesmas experiências assim como os demais alunos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, em seu Capítulo V, sobre a Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (Brasil, 1996).

Já a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - O acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Apesar de não possuir números oficiais de pessoas que possuem o TEA no Brasil somente uma estimativa, recentemente foi sancionada uma nova lei que entrou em vigor em 18 de julho de 2019, intitulada Lei 13.861/2019, que determina as “especificidades inerentes ao Transtorno do Espectro Autista”, como uma pessoa deficiente. Essa lei foi feita para incluir os dados específicos sobre o autismo no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com a sanção da lei 13.861/2019 houve uma alteração da lei 7.853/1989, onde foi acrescentado mais um artigo que inclui as especificidades descrita acima.

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. Os censos demográficos realizados a partir de 2019 incluirão as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista, em consonância com o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (NR).

Segundo a Constituição Federativa de 1988, capítulo III da educação, da cultura e do desporto, seção I da educação no Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já no Art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] seção III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, tem a finalidade de:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior. (MEC, 2008, p.14).

Como podemos observar, o aluno autista está amparado por uma forte legislação, com isso, nota-se a necessidade de discuti-las para que a mesma seja empregada na integra, havendo assim uma inclusão dos alunos com TEA nas escolas regulares. De acordo com as leis, esses alunos possui o direito de uma educação de qualidade desde a educação infantil até sua formação, assegurando um atendimento

educacional especializado. Garantindo assim, o acesso ao ensino profissionalizante e ao mercado de trabalho.

Após ressaltar o que diz a legislação e perceber que a educação é direito de todos, e possui artigos específicos sobre as pessoas com TEA e sua entrada no sistema escolar, abordaremos a inclusão dos mesmos no ambiente escolar regular.

#### 4. INCLUSÃO

Ao se falar de inclusão, temos leis desenvolvidas, que asseguram os direitos das pessoas com algum tipo de necessidade educativa especial, garantindo o acesso à educação em escolas comuns. Um marco, se tratando de legislação, foi a declaração de Salamanca (1994), criada na Espanha, retratando a importância da inclusão educacional, a essas pessoas. Segundo a declaração de Salamanca (art. 11º, p. 13):

“O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”.

Com o comprometimento da escola em sua adaptação do ambiente, ou seja, na busca da melhoria de qualidade de ensino, propondo métodos diferenciados para a adequação de cada aluno, faz com que a escola comum:

[...] se torna inclusiva depois que se reestruturou para atender à diversidade do novo alunado em termos de necessidades especiais (não só as decorrentes de deficiência física, mental, visual, auditiva ou múltipla, como também aquelas resultantes de outras condições atípicas), em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos os outros requisitos do princípio da inclusão. (SANTOS e TELES, 2012).

Ainda sobre o Transtorno do Espectro Autista, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa enfatiza que:

A formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista. (NOTA TÉCNICA Nº 24 /2013 /MEC /SECADI /DPEE).

Ao se deparar com alunos que possuem o TEA, observa-se ainda uma falta de informação para se trabalhar com os mesmos nas aulas, Munster e Almeida (2006) aponta a importância da teoria de formação do professor para que o mesmo não se limite, e se comprometa na busca de possibilidades de ampliar as capacidades dos seus alunos com deficiência.

Para Sanches e Teodoro (2006), acontece realmente uma educação inclusiva, não se pode ter uma educação heterogênea, ou seja, não podemos ter distinção no grupo e sim trabalharmos de forma conjunta com os alunos com ou sem deficiência. Para que isso aconteça, é preciso que os profissionais mudem a forma de pensar e agir, utilizando uma metodologia que promova uma verdadeira inclusão de toda a classe.

Ao falarmos de inclusão, é comum aplicarmos erroneamente o seu significado, confundindo com integração. Para que uma escola seja realmente inclusiva, esse

processo é longo. Dens (apud Masini, 2000), afirma que o processo de inclusão total para acontecer é preciso ter uma mudança de ideologia.

Dens ainda aponta características, diferenciando o termo de integração e inclusão. Para ele, integração refere-se a mediações necessárias para que os alunos com deficiência possam acompanhar a escola, sendo o trabalho feito individualmente com o aluno e não com a escola; inclusão é o oposto, é um movimento voltado para o atendimento das necessidades da criança, buscando um currículo correto para incluí-la.

Bueno (2001 apud Santos e Almeida 2018), também apresenta diferenças dos termos integração e inclusão, ele aponta que integração é quando o aluno com deficiência deve se adaptar a escola, e inclusão a escola se adapta as necessidades do aluno.

#### **4.1. Importância da Educação Física**

Ao longo da história, a Educação Física passou por diversas mudanças no ambiente escolar de acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), sofrendo alterações nos períodos do higienismo, militarismo, pedagogicista, esportivista e popular. Assim, a Educação Física vem se modificando e inovando, propiciando aos educandos novas ferramentas que auxiliam no ensino/aprendizagem, proporcionando novos conhecimentos.

Lovera (2015), relata a importância da Educação Física escolar para as crianças e adolescentes, pois é por meio dela que os educandos se socializam uns com os outros. Assim, eles podem desenvolver autoconfiança e habilidades motoras. E segundo o Grupo Voll (2017) é através dela também que os alunos vivenciam experiências de outras culturas.

É nas aulas de Educação Física que muitas vezes lidamos com o diferente, com as limitações físicas e psíquicas nossa e dos outros. Por isso, a importância de o docente despertar essa percepção no aluno, para que ele leve para a vida o saber conviver e o saber respeitar a diversidade que faz parte da sociedade (Grupo Voll, 2017).

Para Sanches e Teodoro (2006), o professor é uma das peças fundamentais para promover a inclusão desse público, juntamente com a equipe escolar, como gestores, funcionários, estudantes e familiares. Ou seja, para que ocorra uma mudança no meio educacional, é necessária uma harmonização entre todos os descritos acima. Para que isso seja possível é necessário também que as pessoas do meio educacional estejam capacitadas para um melhor desempenho do processo. Infelizmente, como aponta Fiorini e Manzini (2014), muitas vezes o trabalho deste

professor é dificultado pela falta de materiais para se utilizar em suas aulas, muitas escolas possuem somente o básico para se trabalhar coletivamente e isso, dificulta ainda mais na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista, fazendo com que os próprios professores tenham que produzir materiais para seus alunos.

Apesar das dificuldades que o professor de Educação Física encontra para se trabalhar com esses alunos, não se pode deixar de ressaltar a importância que a disciplina possui e os aspectos no qual podem ajudar alunos com TEA no seu desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo. Segundo Farinha (2014) apud Vieira e Rodrigues (2016):

As aulas de Educação Física têm como escopo o desenvolvimento de um comportamento das pessoas com necessidades especiais, de modo que favoreça sua melhor interação com o meio na qual estão inseridas. Diante disso, é imperiosa a necessidade de intervenção em crianças portadoras com autismo, para que elas não permaneçam com dificuldades de cognição, afetiva e psicomotora.

Para se trabalhar com os alunos com TEA nas aulas de Educação Física, antes de tudo o professor de Educação Física deve conhecer todas as informações e necessidades que esse aluno com TEA apresenta, para que o mesmo consiga estruturar uma aula inclusiva. Um método interessante é a utilização de informações visuais para ajudá-los a aperfeiçoar a linguagem, o aprendizado e a redução dos comportamentos inapropriados. Esse método é conhecido como *Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children* (TEACCH). Um objeto que pode ser utilizado nas aulas como atrativo visual, são bolas coloridas, para atrair sua atenção, e fazer com que esses alunos possam interagir nas atividades individualmente e coletivamente. “Todos os objetos com muitas cores e que se movimentam, podem proporcionar, ao aluno autista, um maior interesse em utilizá-lo” (MARQUEZE; MAVAZZI, 2011 apud VIEIRA e RODRIGUES 2016).

Bego e Anjos (2020), diz que a Educação Física não é só um esporte a ser praticado ou uma atividade física, ela também é uma formação social, trazendo valores e princípios ao indivíduo. É através dela também, que o aluno tem conhecimento da diversidade e do conviver em sociedade. Ou seja, a Educação Física é uma ferramenta essencial para a formação do aluno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas pesquisas feitas para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso pelo curso de Licenciatura em Educação Física, foi relatado a importância da Educação Física para as crianças e adolescentes, especificamente dos alunos com TEA.

Sendo um processo que ainda está em desenvolvimento, para conquistarmos uma inclusão efetiva desses alunos, e para que esse processo possa evoluir, é preciso que haja cooperação de todos os envolvidos, começando com uma infraestrutura adequada da escola, que os professores busquem capacitações na área, e que a família do aluno autista seja um dos pilares para ajudá-lo junto à escola.

Algumas metodologias e recursos para facilitar a adaptação de alunos com TEA citado no artigo foram, conhecimento do professor em relação as necessidades do aluno, o método TEACCH e o uso de materiais coloridos também são possibilidades a serem utilizadas.

Observamos também que a parte da legislação ampara bem este aluno no que se refere a inclusão escolar. Assim, esse não é mais um assunto de discussão, pois o acesso às escolas regulares está amparado em leis, o que deve ser levado em consideração é a qualidade no ensino que os alunos autistas recebem atualmente.

A Educação Física escolar nos mostra a importância no desenvolvimento do indivíduo, pois é através dela que os alunos interagem uns com os outros, desenvolvendo autoconfiança e habilidades motoras, ou seja, ela é imprescindível na formação dos alunos. Essa se mostra uma das ferramentas na qual o professor lida com o avanço, com as limitações, com o diferente, enfim com uma diversidade. E é graças a essa diversidade, que todos nós aprendemos.

Por meio deste artigo, esperamos ajudar a fomentar questionamentos e reflexões, não só aos professores, mas também a toda equipe escolar e familiares, buscando assim, caminhos alternativos para que aconteça a inclusão na prática. Concluímos que há ainda um longo caminho a ser percorrido para que tenhamos uma efetiva inclusão dos alunos autistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGO, Gabriel A.; ANJOS, Jeferson Roberto C. **A Importância da Educação Física Escolar Para a Formação do Indivíduo**. Revista Saúde UniToledo. São Paulo. 2020.

BENINI, Wiviane. CASTANHA, André Paulo. **Desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**. Paraná: Secretaria de Educação, 2016.

FIORINI, Maria Luiza M.; MANZINI, Eduardo José. **Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor**. São Paulo, 2014. Acesso em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382014000300006&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382014000300006&script=sci_arttext)

GRUPO VOLL. **A Importância da Educação Física Escolar na Formação do Indivíduo**. Infantil e escolar. 2017. Acesso em: <https://blogeducacaofisica.com.br/educacao-fisica-escolar/>. Acesso em 18/09/2020.

KLIN, Ami. **Autismo e Síndrome de Asperger: Uma Visão Geral**. New Haven, Connecticut, USA. 2006.

MARINHO, Eliane A. R.; MERKLE, Vânia L. B. **Um olhar sobre o autismo e sua especificação**. In: IX Congresso de Educação – EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – PUCPR, out. 2009. p. 6.084-6.096. Acesso em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1913\\_1023.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1913_1023.pdf)

MASINI, Elcie Aparecida F.S. **A inclusão escolar**. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA**, 5., 2000. *Anais ...* São Paulo: Vetor, 2000.

MASINI, Elcie Aparecida F.S. **Uma experiencia de inclusão- providencias, viabilização e resultados**. Curitiba, 2014. Acesso em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a04.pdf>

MEC, Secretaria de Educação Especial. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Brasília, 2008.

MELLO, Ana Maria S. R. **Autismo: guia prático**. 6ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MUNSTER, Mey A. V.; ALMEIDA, José Julho G. **Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio**. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

Nota Técnica N° 24/2013/MEC/SECADI/DPEE. Acesso em: <https://rd.ufes.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>. Acesso em: 18/09/2020.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PESSIM, Larissa E.; HAFNER, Maylu B. **Transtorno Invasivos do Desenvolvimento Infantil**. Revista Eletrônica Científica, FAEF – Garça. São Paulo, 2014.

SANCHES, Isabel; TEODORO, Antônio. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos**. Revista Lusófona de Educação, 2006. Acesso em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n8/n8a05.pdf>

SANTOS, Alex R.; TELES, Margarida Maria. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva**. Edição Internacional: Anais, 2012.

SANTOS, Diego S.; ALMEIDA, Rafael R. **Desafios da educação inclusiva do autista na perspectiva da comunidade escolar**. Volta Redonda, 2018.

VIEIRA, Luciene B.; RODRIGUES, Elaine Aparecida F. **A Inclusão Escolar Do Aluno Autista: As Contribuições Das Aulas De Educação Física**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento. Ano 01, Edição 01, Vol. 10, pp. 154-171. Novembro de 2016.